

## SINDIPETRO-LP INICIA **CALCULO DO SALDO AF** PARA PAGAMENTO DE HE AOS TRABALHADORES DAS ÁREAS OPERACIONAIS

O jurídico do Sindipetro-LP está verificando os controles de frequência de cerca de 1500 trabalhadores das áreas operacionais que têm direito a receber as horas extras que estão represadas pela Petrobrás como saldo Acumulado de Folgas (saldo AF). Chamada de “execução provisória”, a medida pretende adiantar o procedimento final da ação, com o objetivo de calcular o valor que cada trabalhador tem direito a receber, referente ao acúmulo de HE entre 2015 e dezembro de 2019, que não foram pagos pela Petrobrás e que inclusive foram usadas para descontar horas negativas, causando mais prejuízos ao trabalhador. Os cálculos estão sendo feitos seguindo o controle de frequência de 2015 a 2019 e holerites de 2019, fornecidos pela empresa a pedido de nosso jurídico. A ação irá beneficiar todos os trabalhadores das áreas operacionais abrangidas pelo Sindipetro-LP.

Apesar do controle de frequência fornecido pela empresa, é importante que os trabalhadores da ativa, ou aposentados que atuaram na empresa entre 2015 até dezembro de 2019, entrem em contato com o sindicato para verificar se seus dados constam em nossa lista. Para ve-



rificar essa informação, ligue para o telefone (13) 3202-1101.

A ação do Sindipetro-LP está tramitando no Tribunal Superior do Trabalho (TST), a pedido da empresa, que tenta recorrer aos dois primeiros resultados favoráveis ao sindicato, um em primeira instância e outro pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

### Entenda a ação de Saldo AF

Antes de 1 de janeiro de 2020 a Petrobrás não tinha nenhum banco de horas para o pessoal de turno e de forma ilegal, irregular e até mesmo imoral, não pagava as horas extras geradas pelos trabalhadores para atender a empresa devido a diversos fatores, sendo o principal a falta de efetivo. Dessa forma, o trabalhador acumulava um saldo de horas, que a empresa não pagava.

De acordo com o jurídico do

sindicato, ainda que existisse algum acordo com os trabalhadores, a empresa teria que quitar os pagamentos dessas horas extras ao término de um ano, mas desde 2015 essas horas são tratadas como saldo de Acumulo de Folgas (saldo AF).

No entanto, além de não pagar o saldo AF a empresa passou a efetuar descontos ilegais, jogando nesse saldo dias negativos, como por exemplo, quando o trabalhador voltava de férias e pela escala seu grupo estava de folga, a empresa lançava no saldo AF menos um dia em cada dia de folga do grupo. Também houve casos de pessoas que participaram da greve em 2015 e tiveram os dias parados descontados do saldo AF em 2019, ou seja, depois de quatro anos. A empresa então passou a descontar do Saldo AF toda

e qualquer situação que deveria absorver, deixando o prejuízo exclusivamente com o trabalhador. A Petrobrás também descontou ilegalmente do saldo AF as horas negativas de trabalhadores que estavam para se aposentar ou sair da empresa, forçando-os a tirar dias de folga desse acumulado.

Diante desses absurdos, quando a Petrobrás criou o banco de horas em 2020, o sindicato entrou com ação para que a empresa não utilizasse o saldo AF positivo ou negativo e que pagasse o que era devido aos trabalhadores.

Para isso, o sindicato está pegando a documentação de escala dos trabalhadores desde 2015 a 2019 e marcando sempre que a empresa lançou um dia negativo no controle do empregado, zerando esses dias para ver qual o saldo vai restar no final de dezembro de 2019. Assim sendo, como exemplo, se do saldo sobrou 10 dias positivos, a empresa deverá transformá-los em horas extras e efetuar o pagamento.

Portanto, para garantir que todos que têm direito a receber o saldo AF sejam contemplados, reforçamos a necessidade de contato com o sindicato para conferir se seu nome está na lista.



**Baixe o aplicativo Sindipetro LP e fique por dentro do que acontece no Sindicato! Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e instale já!**



Android



IOS

# GERÊNCIA DA UTGCA MANTÉM EM USO COMPRESSOR EMANANDO BENZENO PARA CUMPRIR META E RECEBER BÔNUS

Uma denúncia grave dos trabalhadores da UTGCA alerta a categoria para os perigos das metas da gerência em detrimento da segurança. Um dos compressores de reciclo da UTGCA está a algum tempo apresentando vazamento, sem que a gerência tome uma providência efetiva para reparar o problema. Graças ao trabalho da CIPA da unidade, foi comprovado e reconhecido pela gerência, que os gases que vazam do compressor de reciclo contêm benzeno, dentre outros gases perigosos para a saúde do trabalhador.

Sabendo que não há dosagem segura para exposição ao benzeno, por ser uma substância cancerígena, ao invés de parar o compressor e recuperá-lo, a gerência da UTGCA tem obrigado os trabalhadores ao uso de máscaras para manusearem o equipamento. Além disso, a gerência criou uma planilha de revezamento desses equipamentos, onde o compressor com defeito passa a ser utilizado juntamente com outros equipamentos, em melhores condições, sem o devido conserto.

Para o gerente da unidade, a exposição dos trabalhadores ao benzeno expelido pela máquina é um “mero percalço”, que pode ser resolvido com o simples uso de máscara, mas o que se esconde nessa decisão de sacrificar os trabalhadores é que se o compressor com defeito for para a manutenção, o gerente da unidade perderia pontos que comprometeriam seu desempenho e o recebimento de distribuição de lucros, reservados para as lideranças que possuem metas a cumprir, dentre elas manterem 100% dos equipamentos em funcionamento.

Nos últimos anos temos visto a escalada de irregularidades das gestões que se sucederam na Petrobrás, que estimularam apenas o bom desempenho econômico, seja por economizar em segurança, seja por tirar direitos dos trabalhadores, ou, como é o caso na UTGCA, camuflando problemas, ou gerenciando por fora das regras de acordo coletivo. \*Vale citar uma outra ocorrência em que houve emanção de benzeno em área operacional, ocorrida em novembro passado.



Na ocasião não houve comunicação formal à CIPA e ao sindicato e a gerência formou comissão de investigação para apuração do acidente sem a composição de representantes dessas duas entidades, desrespeitando o acordo coletivo de trabalho vigente.

Após o sindicato enviar ofício questionando essa ocorrência, recebemos a seguinte resposta: “(...)Esclarecemos ainda que todos os eventos, incluindo os ocorridos no mês de novembro de 2022, foram devidamente registrados no sistema de gerenciamento de anomalias e tratados conforme sua classificação, seguindo o PP-1PBR-00150 - Ge-

rir Anomalias de SMS(...)”. Ou seja, mais um acidente de processo jogado pra debaixo do tapete e tratado à revelia de participação dos trabalhadores, com o intuito de garantir os gordos abonos distribuídos às lideranças que fazem tudo para cumprir as metas, inclusive arriscando a vida e a saúde dos seus subordinados. O exposto acima não é prerrogativa exclusiva da UTGCA, mas sim de todo o sistema Petrobrás, e para agravar a situação a empresa retira do Aso de toda a força de trabalho a exposição a agentes cancerígenos, o Sindipetro-LP e cipas exigem a correção do preenchimento dos ASO's, conforme legislação vigente.

## FNP SE REÚNE COM JEAN PAUL PRATES PARA ENTREGAR ESTUDO E TRATAR DEMANDAS DA CATEGORIA

Os representantes da Federação Nacional dos Petroleiros estiveram reunidos com o novo presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, na última sexta-feira (27), Edifício Sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro. Na oportunidade foram apresentadas pautas da categoria petroleira e foram cobradas algumas promessas de campanha do atual governo, como o fim da política de paridade de importação (PPI).

Os dirigentes entregaram um estudo elaborado pela FNP <https://www.sindipetrolp.org.br/documentos/>. Dentre os principais pontos apresentados no documento, estão: cessar a venda de ativos; mudanças na política de preços, sociais e transição energética; volta dos investimentos; democracia na Petrobrás, reestruturação do RH e liberdade sindical; Petros/AMS; políticas de isonomia; condições de tra-

balho; política de valorização dos trabalhadores e de segurança; além de outros.

Na oportunidade também foram citados o fim das privatizações, demandas do setor de óleo e gás e também dos trabalhadores, ativos e aposentados, próprios e terceirizados da estatal.

O ponto alto do encontro com o presidente foi a liberação do acesso dos dirigentes sindicais às unidades operacionais,

demonstrando que a visão da atual gestão da empresa está focada nos trabalhadores. Diferente das gestões anteriores, a força de trabalho está em primeiro plano.

O diálogo da Federação com o novo gestor da empresa já sinaliza um grande avanço e oportunidade para alcançar mudanças significativas para o povo brasileiro e para os trabalhadores do Sistema Petrobrás, ativos e aposentadas.